



ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-MOGI

Abertura administrativa da sessão. No dia 12 do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 9h00 teve início a 85ª Reunião Ordinária do CBH-Mogi no Auditório (Prédio Principal da Administração) - ICMBIO/CEPTA, município de Pirassununga com início das inscrições. Às 9h30m, foi anunciada pela Secretária Executiva, Sra. Irene Sabatino Pereira, a obtenção de quórum suficiente para abrir oficialmente a sessão, conforme lista de presença dos membros representantes do poder público estadual, municipal e sociedade civil organizada. A Sra. Secretária Executiva anunciou a ausência do Presidente Sr. Luís Noli e da Vice-presidente Sra. Valéria Isola, que justificaram o conflito de agenda. Desta forma, anunciou que conforme Estatuto do Colegiado, nessas condições, a Secretária Executiva assume a presidência interina. Isto posto, convidou para compor a mesa diretora o Secretário Executivo Adjunto Sr. Lucas Casagrande, representante do segmento do Estado pelo DAEE, o Sr. Marcus Vinícius Lopes Silva, representante do segmento do Estado pela CETESB e o Sr. Rogério Garcia Machado representando a Sra. Izabel Book de Garcia, representante do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - ICMBio/CEPTA e anfitrião.

Abertura oficial dos trabalhos da 85ª Reunião Plenária Ordinária. A presidente em exercício Sra. Irene Sabatino Pereira, abriu oficialmente a 85ª Reunião Plenária dando boas-vindas aos membros e convidados, agradeceu a presença de todos, informou resumidamente os temas da ordem do dia. Passando a palavra a Sr. Rogério Garcia Machado, que deu boas vindas a todos.

Leitura e aprovação Ata da reunião anterior: A presidente em exercício iniciou os trabalhos com a leitura da ata da 84ª Reunião Ordinária. Consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura e de seu extrato considerando que todos os membros titulares e suplentes receberam antecipadamente conforme documentos entregues por meio eletrônico, para serem acompanhados naquela ocasião. Informou também que apenas o extrato da ata será publicado no Diário Oficial e sua publicação validará seu conteúdo para todos os efeitos legais e regimentais. O plenário foi consultado sobre a dispensa da leitura da ata, em não havendo manifestações foi aprovada. A presidente em exercício consultou o Plenário sobre correções e observações a serem feitas, em não havendo manifestações, colocou os documentos em discussão (...), em votação (...), e em não havendo mais manifestações, a Ata e Extrato da 84ª Reunião Plenária foram aprovados.

Informes Gerais da 85ª Reunião Plenária. Neste momento A presidente em exercício passa a condução da 85ª Reunião Plenária para a Vice Presidente a Sra. Valéria Isola, que justificou seu atraso e passou ao segundo item da pauta, solicitando ao Sr. Lucas que apresentasse os Informes da Secretaria. Isto posto, com a palavra o Sr. Lucas apresentou os informes gerais, que segue sua transcrição integral em Ata. *Início da transcrição dos informes gerais:*

“XXV ENCOB 2023. O Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas aconteceu entre os dias 21 e 25 de agosto de 2023, na cidade de Natal/RN, de forma presencial e online, tendo como tema central “Águas do Brasil: Governança, Adaptação e Desenvolvimento”. O XXV ENCOB foi realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB). Com a participação dos agentes dos Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil, representantes do Poder Público, dos usuários de recursos hídricos, ONG’s, Universidades, Municípios, bem como de outros interessados no tema água, o evento é uma oportunidade de trocar experiências sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil. A programação incluiu jornadas de capacitação sobre temas como: instrumentos de gestão das águas, água e meio ambiente, mudanças climáticas, água e saneamento, regulação de serviços hídricos, alocação de água e gestão de conflitos, etc; além de rodas de diálogo sobre temas como governança para gestão das águas, e resiliência e adaptação a eventos críticos, e apresentação de experiências exitosas de Comitês de Bacias. Para acessar as transmissões ao vivo passadas: <https://www.youtube.com/@portalcob/>.

2. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. Em 29/06 foi realizada em Ribeirão Preto a Oficina de Integração do CBH-Grande: A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, e no dia 22/09 será realizada em Ribeirão Preto a 14ª Reunião Extraordinária do CBH-Grande, na qual será discutida deliberação que dispõe sobre valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, e proposta de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na bacia hidrográfica do Rio Grande. Mais informações acesse: <https://cbhgrande.org.br/>. **3. Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH).** A reunião virtual extraordinária realizada em 18 de agosto foi marcada pela posse dos novos membros do conselho nos segmentos Estado, Municípios e Sociedade Civil, para o período 2023-2025. No formato virtual, a reunião contou com a participação da Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), Natália Resende, da Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Samanta Souza, do Coordenador de Recursos Hídricos (CRHi), Cesar Louvison, além de membros do conselho e convidados. A eleição para as Câmaras Técnicas irá ocorrer nos dias 13/09 (Estado e Municípios) e 14/09 (Sociedade Civil); **4. CAPACITA-SIGRH.** No dia 27/09 será oferecido, por meio do CAPACITA-SIGRH, em parceria com a FUMEP, o evento online “O papel dos gestores públicos no acesso ao FEHIDRO”, com o objetivo de orientar os participantes quanto às diretrizes gerais para o financiamento de empreendimentos públicos pelo FEHIDRO. O evento é gratuito, oferece trinta vagas para o CBH-MOGI, e tem como público-alvo prefeitos e secretários municipais e assessores; dirigentes de concessionárias, públicas e privadas, de serviços de saneamento e assessores, demais funcionários de entidades públicas e privadas interessadas no tema. Inscrições até 25/09 através do formulário disponível em:



57 <http://forms.gle/6njEXBCenTFefRD8>; **5. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO):** A Deliberação “Ad Referendum”
58 nº 253, de 30/03/2023, do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), havia alterado
59 para 30 de julho de 2023 a data limite para contratação dos empreendimentos indicados ao FEHIDRO no ano de 2022. Já a
60 Deliberação COFEHIDRO n. 254/2023 prorrogou para **29 de setembro** de 2023 o prazo para o efetivo desembolso da 1ª
61 parcela dos empreendimentos relacionados no Anexo da referida Deliberação. Os empreendimentos relacionados no Anexo
62 da Deliberação que já obtiveram aprovação para liberação ou receberam o desembolso da 1ª parcela terão continuidade
63 normal da execução, conforme previsto no Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento. O não cumprimento
64 dos prazos estabelecidos na Deliberação implicará no cancelamento dos contratos pela SECOFEHIDRO. O Anexo da
65 Deliberação encontra-se disponível em <https://www.sigrh.sp.gov.br/cofehdro/deliberacoes>; **6. Zoneamento Ecológico-**
66 **Econômico do Estado de São Paulo (ZEE-SP).** A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) iniciou as
67 rodadas de oficinas do Programa de Capacitação de Municípios, com o objetivo de capacitar os técnicos das prefeituras
68 municipais para o uso dos produtos do ZEE-SP e da RedeZEE-SP, para que possam contribuir e orientar a elaboração, revisão,
69 execução e o monitoramento das políticas públicas locais e regionais. Com até 20 participantes em cada encontro, a
70 capacitação dos municípios dos Comitês do Pardo (4), Mogi-Guaçu (9), Baixo Pardo/Grande (12) e Sapucaí-Mirim/Grande
71 (8), será realizada nos dias 26 e 27 de setembro, em Ribeirão Preto. Mais informações acesse:
72 <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/portalezee/programa-de-capacitacao-de-municipios/>. **7. XIX Diálogo**
73 **Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos.** Com o tema “Acelerando Mudanças: seja a mudança que você
74 deseja ver no mundo”, irá ocorrer entre os dias 18 e 20 de outubro, em São Pedro/SP. É objetivo desta edição promover a
75 reflexão sobre o efetivo papel da educação ambiental frente à gestão dos recursos hídricos e promover o diálogo entre os
76 diversos agentes ambientais que atuam nas bacias hidrográficas, integrando a comunidade aos Comitês de Bacias. **8.**
77 **Câmaras Técnicas de Gestão e Planejamento (CTGP) e Institucional e Legal (CTIL).** A Deliberação CBH Mogi n. 245, de 27
78 de junho de 2023, aprovou as diretrizes, critérios de análise, de pontuação e de hierarquização das propostas de
79 financiamento do FEHIDRO, e de distribuição dos recursos das fontes da Compensação Financeira e do saldo remanescente
80 da Cobrança pelo Uso da Água, no segundo pleito do exercício de 2023, no âmbito do CBH-MOGI. Após a realização de oficina
81 de capacitação por videoconferência para os tomadores em 12/07, o prazo para protocolo das propostas se estendeu até a
82 data limite de 01 de agosto estabelecida na Deliberação CBH-MOGI nº 245/2023, diretamente no site do SIGAM/SINFEHIDRO
83 2.0, totalizando 15 propostas. A análise das Câmaras Técnicas de Gestão e Planejamento (CTGP) e Institucional e Legal (CTIL),
84 baseada na Deliberação CBH Mogi n. 241 e Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, ocorreu em reunião
85 presencial realizada em Ribeirão Preto no dia 08/08, sendo desclassificadas três propostas. Após reunião virtual de análise
86 de recursos em 17/08 e concluindo a análise na reunião presencial de 29/08, após complementações por partes dos
87 Tomadores, as câmaras técnicas encaminham ao órgão plenário para deliberação, 9 propostas que totalizam R\$
88 2.691.219,70. Contudo, há proposta que não foi contemplada com financiamento do FEHIDRO por insuficiência de recursos,
89 mas que poderá ser financiada caso haja nova disponibilidade financeira no exercício de 2023 (carteira de suplente). Outro
90 importante trabalho de grupo ligado às Câmaras Técnicas é a elaboração do Relatório de Situação 2023 da UGRHI 09 (ano
91 base 2022), o qual inclui a revisão e acompanhamento do PA/PI 2021/2023. **9. Monitoramento hidrológico.** A Secretaria
92 Executiva do CBH-MOGI recebeu o boletim hidrológico do CTH-DAEE referente aos meses de abril/2023 a agosto/2023, com
93 dados pluviométricos (chuvas) do período seco. A Análise dos dados coletados em geral indica índices de precipitação
94 próximos ou abaixo da média histórica na maioria dos postos de monitoramento, para as sub-bacias da UGRHI 09 (Peixe,
95 Alto Mogi, Jaguari-Mirim, Médio Mogi e Baixo Mogi). De qualquer forma, considerando que o período crítico de estiagem
96 normalmente se estende até o final do mês de outubro, ressaltamos a importância dos municípios da UGRHI 09 promoverem
97 campanhas educativas de uso racional da água em suas comunidades, intensificarem fiscalizações para evitar seu
98 desperdício, zelarem pela proteção de seus mananciais e realizarem investimentos em obras de segurança hídrica, tal qual
99 previsto nos respectivos PMSB Planos Municipais de Saneamento Básico. Além disso, os relatórios de situação da UGRHI 09
100 informam anualmente as demandas (necessidades) de água superficial e subterrânea de cada município, bem como o
101 número de barramentos de água existentes no território municipal, a fim de subsidiar o planejamento de ações preventivas
102 e emergenciais de segurança hídrica por parte dos agentes municipais responsáveis pelo abastecimento público e defesa
103 civil. Fim da transcrição. Ainda sobre os informes, O Sr. Marcus Vinícius complementou sobre as informações sobre o ENCOB.
104 Na noite do dia 21/08/23 no imponente Centro de Convenções de Natal -RN, após um dia de muitos eventos, ocorreu a solene
105 abertura do 25º ENCOB pela Governadora anfitriã Professora Fátima Bezerra. O enorme auditório estava lotado. Presentes
106 representantes de todos estados da federação e dos cerca de 233 comitês legalmente instituídos. Dentre eles membros da
107 Diretoria do CBH MOGI. Demonstrando o prestígio do “maior evento de águas do Brasil” da mesa de honra fizeram parte
108 cerca de 50 convidados, Destaque para a Governadora Fátima Bezerra, o Governador da Paraíba João Azevedo, Ministro da
109 Integração e Desenvolvimento Regional, parlamentares estaduais e federais, Secretários Estaduais e Diretores de Órgãos
110 Gestores de vários estados vizinhos, Diretoria Colegiada da ANA, Colegiado Coordenador do FNCBH, membros da REBOB,
111 Conselho Mundial da Água, Academia, CAPES, Usuários e Sociedade Civil. Todos que fizeram uso da palavra saudaram a
112 enorme plateia de representantes da diversidade brasileira que têm a extraordinária missão e função social de defender e



113 garantir a água / e uso múltiplo dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, em seus respectivos estados e
114 comitês de bacias hidrográficas. Em suma, saudaram as pessoas que constituem na prática a inteligência hídrica do Brasil,
115 envolvidas diretamente com as decisões. De modo geral, os membros da mesa de honra que falaram, reconheceram a
116 importância do ENCOB pelos relevantes serviços prestados ao longo de 25 anos. De fato, é o maior evento de águas do Brasil
117 e América Latina, e muito festejado pois cria vínculo entre pessoas, promove a integração de órgãos estaduais e federais,
118 organizações sociais civis, e usuários de água. Fomentando o mesmo propósito: o fortalecimento da gestão e governança
119 das águas. Finalizando todos os palestrantes destacaram que ainda há muitos desafios a superar pela frente sobretudo os
120 decorrentes das mudanças climáticas e seus reflexos sobre a água. O tema central do 25º ENCOB, realizado em Natal-RN,
121 de 21 a 25 de agosto de 2023, foi “Águas do Brasil: Governança, Adaptação e Desenvolvimento”, tema que foi desenvolvido
122 e detalhado pelos palestrantes e participantes que interagiram com a extensa programação de eventos que previa rodas de
123 diálogo, painéis de discussão, falas de comitês, jornadas de capacitação, oficinas. Este documento é uma singela tentativa
124 de alinhar de forma sintética, aberta e despreziosa o tema central – “segundo os meus olhos” - relatando aquilo que
125 vi, ouvi e vivenciei com a comunidade hídrica nacional composta por atores de todos os segmentos presentes no encontro, e
126 que que atuam diretamente nos sistemas nacional e estaduais de recursos hídricos. **Governança Na Roda de Diálogo:**
127 “Governança Para a Gestão das Águas” tivemos quatro palestrantes, cada qual abordando o tema governança do ponto de
128 vista do seu setor de atuação. André Marques – Diretor Presidente da AGEVAP – Associação Pró Gestão das Águas da Bacia
129 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, discorreu sobre a “Cobrança como Instrumento Efetivo de Governança”. Principiou por
130 informar que recente relatório da OCDE concluiu que onde existe cobrança pelo uso dos recursos hídricos ela está definida
131 em valores demasiados baixos para que possa gerar mudanças de comportamentos nos usuários, ou propiciar uma fonte
132 significativa de financiamento para a política de água. Em suma: só com a cobrança não dá! Ponderou, contudo, que a
133 cobrança como instrumento efetivo para a governança deu visibilidade e voz aos comitês de bacias hidrográficas.
134 Emponderando-os para implantar os instrumentos de gestão, financiar a participação da sociedade civil na gestão, e ter uma
135 entidade delegatária (como a AGEVAP) com papéis de técnicos de secretaria executiva. Mais. Como há muitos outros
136 recursos financeiros setoriais estes podem ser aplicados nos comitês. Mesmo porque por conta da visibilidade e voz
137 adquiridas com a cobrança – ainda que com valores pequenos – o comitê pode ser o tutor de outras fontes de investimentos
138 de outros setores que se relacionam com o tema água. E atrair parcerias como é o caso da AGEVAP. Enfim a cobrança por si
139 só não vai resolver todos os problemas da bacia, mas é um instrumento fomentador da governança. Mara Ramos –
140 Superintendente do DAEE-SP discorreu sobre o a governança sob o ponto de vista dos órgãos gestores. Destaque para o
141 anúncio da proposta de transformar o DAEE-SP em Agência Estadual de Recursos Hídricos, e com isto evoluindo e
142 modernizando muito de seus procedimentos (informação de dados, outorga, fiscalização etc.) em face dos novos desafios
143 que se impõe, em especial a discussão sobre o marco do saneamento e sua interferência em recursos hídricos. Lembrou que
144 os quatro serviços previsto na lei de saneamento (tratamento de água, tratamento de esgoto, resíduos sólidos, e drenagem)
145 são de competência dos municípios, e aí é preciso ter clareza sobre o papel da agência neste contexto. Sobre o papel
146 dos investimentos em infraestrutura que deve priorizar o atendimento regional ao municipal. Enfatizou que o papel dos
147 municípios é essencial, e estes devem ser objeto de inúmeros programas e serviços da agência, em especial forte apoio
148 técnico. Enfim a ideia é estar preparado para as crises e eventos críticos. Respondendo prontamente a questões, tais com:
149 Que nível de segurança hídrica queremos ter? O que aprendemos com os recentes episódios de escassez e cheias? Em suma
150 devemos sair da atuação reativa (gestão de crise de água) para atuação preventiva (gestão de riscos associados à água). De
151 sua vez João Ricardo Raizer – Presidente do CBH-Parnaíba-GO, ao discorrer sobre a cobrança do ponto de vista dos comitês
152 reiterou que a grande mudança para garantir a segurança hídrica que todos desejamos é agir preventivamente, mediante
153 gestão de riscos, não de crises. Além do que para governança é preciso integrar as políticas públicas e sistemas de recursos
154 hídricos, meio ambiente e uso do solo com foco na sustentabilidade. São políticas e sistemas distintos, com princípios e
155 objetos diferentes que devem se integrar. Em suma deve ocorrer o diálogo entre sistemas e políticas públicas. Reafirmou que
156 a grande mudança na governança é sair da gestão de crises, onde a atuação é reativa, as soluções são emergenciais e o foco
157 ocorre sobretudo em obras, para entrar na gestão de riscos associados à água, onde a atuação é preventiva, as soluções são
158 planejadas, e as medidas são de natureza estrutural e não estruturais. Finalizando advertiu que os espaços não ficam
159 vazios, que tem competência e atribuição legal para ocupar espaços deve fazê-lo sob pena que outros ocupem o lugar, como
160 foi o caso em seu estado em que o judiciário multou o Governo e secretaria de Goiás para implantar a cobrança. O governo
161 pediu prazo e vem implantado, finalizou. Já Malu Ribeiro – Diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica,
162 abordou a questão da governança sob o olhar da sociedade civil destacando seu relevante papel e experiências exitosas.
163 **Adaptação** As Mudanças Climáticas impõem a todos que militam com as águas do Brasil uma necessária adaptação. As
164 crises de escassez de água dos anos 2014 / 2015, com reservatórios vazios que levaram a população ao uso racional de água;
165 as recentes cheias, excesso de chuvas, com deslizamentos, soterramentos e mortes - vale dizer eventos críticos – que ainda
166 estão na memória de todos, e nos impõe lições de vida e aprendizados em face da vivência destes tristes e marcantes
167 episódios, e via de consequência necessariamente medidas de adaptações ao novo quadro aprendidas com nossos erros e
168 acertos. Nesse passo, a Roda de Diálogo: “Resiliência e a Adaptação a Eventos Críticos” buscou apresentar diferentes



169 “olhares” de palestrantes do poder público”, dos comitês de bacia, das instituições técnicas, da sociedade civil, e dos usuários
170 de recursos hídricos. Paulo Lopes Varella, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte
171 (SEMARH-RN), Presidente do FNOGA-Fórum Nacional de Órgãos Gestores, e ex-Diretor da ANA, abordou o tema adaptação
172 sob o olhar do poder público. Como todos que o antecederam e precederam pontuou que as Mudanças Climáticas já estão
173 aí com seus reflexos, e precisamos nos adaptar. O ciclo hidrológico passou a ser ciclo hidro ilógico. Adiantou que o desafio é
174 prever os eventos críticos na bonança. Não dá para evitar, mas dá para minimizar. É preciso planejar o estrutural e não
175 estrutural. Lembrou que no curto prazo quando a coisa complica é o órgão que tem que agir, como por exemplo no caso de
176 obras em barragens com risco de rompimento. Contudo, no médio e longo prazo nos planos / planejamentos podemos
177 prevenir e antecipar ações. Os eventos críticos ocorrem quando a coisa sai da média e sua gestão desafia a todos nós. Nesse
178 sentido um bom plano de bacia, excelentes instrumentos de previsões climáticas, decisões políticas corretas de quanto
179 disponibilizar em recursos financeiros para avançar são essenciais. E arrematou dizendo que não evitaremos eventos críticos,
180 mas estaremos melhor preparados para enfrentá-los. Já Flaminio Guerra Guimarães, Presidente do CBH-DOCE, abordou o
181 tema adaptação sobre o prisma dos comitês de bacias. Anotou que todas as tragédias enfrentadas pelo Doce estavam
182 previstas em seu plano. Mais. O CBH-DOCE possui uma câmara técnica de gestão de eventos críticos e está em vias de concluir
183 a implantação da Sala de Crises de Cheias do Rio Doce, em parceria com a ANA. O Grupo de Trabalho Cheias buscou
184 implementar um programa de convivência com as cheias, mediante levantamento detalhado de dados, uso de fotos de
185 satélite, e modelagens hidrológicas. O objetivo é determinar quem deixar e quem retirar durante as cheias, diminuindo o
186 tempo de resposta. De outro lado há programa de convivência com as secas. Estas as adaptações e resilientes respostas do
187 CBH-DOCE para melhorar a gestão dos eventos críticos destes dois cenários. De sua vez Cristóvão S. Fernandes, Presidente
188 da ABRHidro-Associação Brasileira de Recursos Hídricos, discorreu sobre o olhar das instituições técnicas em face do tema
189 adaptação e resiliência a eventos críticos. Principiou por anotar que o mundo todo tem o mesmo problema. Destacou que
190 exercitamos a capacidade de se adaptar há muito tempo, só que não percebíamos. Nos últimos anos o que avançou foram
191 as tecnologias, tais como mapas coloridos para discussão da resiliência, slides com dados, e só isto não vai resolver.
192 Segurança Hídrica foi que mais ouvimos desde o primeiro dia deste evento, pois trata-se de questão relevante que deve ser
193 objeto de preocupação e ação de todos. É necessário fazer a gestão adaptativa da segurança hídrica com sustentabilidade.
194 O fato é essencial é que precisamos partir para as ações para enfrentarmos tais desafios. Se não entendermos nossos
195 fracassos, não avançamos! No que lhe toca Andrea Borges, Gerente Técnica do Consórcio PCJ abordou o tema adaptação
196 sob o olhar da sociedade civil. Principiou por informar que o Consórcio PCJ é uma associação civil, de caráter privado, sem
197 fins lucrativos. A emergência climática está aí, e apresentou infográficos da WWF, terminando por concluir que quem mais
198 sofre são as pessoas em situação de vulnerabilidade. E sofrem com as enchentes, com as grandes caminhadas em busca de
199 água que etc. Apresentou slides da crise hídrica de 2014 e perguntou: o que aprendemos com isto? Ao responder destacou
200 que a relevante participação política da sociedade foi importante. Aprendemos que só obras estruturais não são suficientes
201 para resistir e adaptar-se aos novos tempos. Aprendemos enquanto sociedade que temos que lidar com a escassez, agindo
202 tanto na oferta de água, como na redução da demanda, além do aproveitamento da água de chuva e do reuso. E citou
203 programas disponíveis para acesso no sítio do /Consórcio PCJ, tais como o Projeto Gota D’água e Casa Virtual, que é visitável.
204 E arrematou: ser resiliente, é ser capaz de enfrentar e superar fortes crises, e transformar coisas ruins em aprendizado! Por
205 seu turno, Jordana Gabriel S. Girardello – Assessora Técnica da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
206 apresentou o tema adaptação sob o olhar dos usuários de água. A apresentadora fez uso de inúmeros slides com dados
207 sobre a agricultura e pecuária brasileiras, destacando a sustentabilidade na produção destes segmentos e seus reflexos sobre
208 a sociedade. Destaque-se os seguintes pontos. O Brasil apresenta três safras por ano. Muito embora a produção tenha
209 crescido a área tanto para agricultura como para pecuária não cresceu, graças ao uso de tecnologia. De 1990 a 2020 a área
210 de pastagem recuou para 13,6% graças à tecnologia O Brasil tem terra e água e já é responsável pela segurança alimentar
211 do mundo. O setor agropecuário brasileiro já vem se preparando para implantar o modelo ESG do Agro (Meio Ambiente,
212 Social e Governança), exigência de adaptação não só no Brasil como internacional. A ANA (Conjuntura de Recursos Hídricos
213 no Brasil 2021) projeta crescimento de recursos hídricos para vários tipos de usos consuntivos até 2050 (9,1 bilhões de
214 pessoas, 60% de alimentos, 90% de maior produtividade / fonte FAO), dentre eles o crescimento da irrigação (60%). A
215 apresentadora pontuou que a terceira safra de arroz e feijão só ocorre por conta da irrigação, além do que 80% da produção
216 de hortaliça está em áreas irrigadas. Bem por isto temos desafios pela frente, dentre eles a reservação de água para utilizar
217 no período de seca, recarga do lençol freático etc., sinônimo de garantia alimentar não só do Brasil como do mundo. Mesmo
218 porque toda atividade rural depende de água, e veranicos e períodos de baixa precipitação trazem insegurança para o
219 produtor e para a produção, inclusive agricultura familiar. A precipitação média deste país continente é de 1400mm, mas
220 temos regiões com 3000mm como pantanal e Amazônia e o semiárido com 500mm. **Desenvolvimento** Água como Fator de
221 Desenvolvimento. Suraya Modaelli ao abrir o quarto dia de eventos do 25º ENCOB, no auditório principal, lembrou que nos
222 dias anteriores discutimos as Águas do Brasil sob o ponto de vista da governança e de sua adaptação às mudanças climáticas
223 e arrematou que não há desenvolvimento sem água. Bem por isto de acordo com a programação do evento o tema Água
224 como Fator de Desenvolvimento será objeto de um painel de uma roda de diálogo. O Painel “Água como Fator de



225 *Desenvolvimento” teve como moderador Luiz Carlos S. Silva, Coordenador do FNCBH, que dialogou e entrevistou a*
226 *palestrante Luana Siewert Pretto, Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil, e ex-Diretora da CASAN – Companhia*
227 *Catarinense de Águas e Saneamento S/A. e que também interagiu diretamente com a plateia respondendo às inúmeras*
228 *perguntas. Segundo o sítio do instituto o “Trata Brasil é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)*
229 *que surgiu em 2007 com foco nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Se tornou uma*
230 *fonte de informação ao cidadão para que reivindique a universalização deste serviço mais básico e essencial para qualquer*
231 *nação. O ITB produz estudos, pesquisas e projetos sociais visando conscientizar o cidadão comum do problema e, ao mesmo*
232 *tempo, pressionar pela solução nos três níveis de governo. A proposta é que todos conheçam a realidade do acesso à água*
233 *tratada, coleta e tratamento de esgotos e busquem avanços rápidos.” (Saiba mais em:www.tratabrasil.org.br). Luana*
234 *princípios por destacar a seleta plateia deste 25º ENCOB e suas visões diferenciadas e emendou dizendo que o objetivo do*
235 *Instituto Trata Brasil é levar informação de qualidade para todos. Nesse passo revelou que trabalham informações para*
236 *academia e público em geral, e Dona Maria e Sr. José (cidadão comum). O objetivo do ITB é oferecer informação de qualidade*
237 *e insumos para que o Ministério Público no que lhe couber, e para a sociedade como um todo, para que cobrem ações de*
238 *saneamento! Tanto de cima para baixo, como de baixo para cima, cobrem! Mesmo porque até 2032 temos que atingir 99%*
239 *de tratamento de água e 90% de coleta e tratamento de esgotos. E para que todos tenham acesso à situação do saneamento*
240 *em suas cidades o Instituto disponibiliza em seu sítio o “Painel Saneamento Brasil” um portal com indicadores dos 839*
241 *municípios com população acima de 50 mil habitantes e todos os municípios das 21 regiões metropolitanas, com indicadores*
242 *sobre como o saneamento impacta na saúde, na educação, no meio ambiente e na renda das pessoas. O internauta pode*
243 *acessar indicadores tais como: a) acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos, perdas de água tratada / potável*
244 *nas redes b) conhecer impactos na saúde provocados pela falta de saneamento nas cidades (número de internações, mortes;*
245 *c) benefícios econômicos e sociais decorrentes do saneamento; d) base de dados de diferentes indicadores para utilização*
246 *para fins acadêmicos, jurídicos e operacionais. Com o marco do saneamento houve um grande movimento rumo à*
247 *universalização dos serviços, o que requer um forte volume de investimentos, e muita vontade política, questão que deve ser*
248 *abordada por prefeituras e governos estaduais segundo sua realidade local e capacidade de acessar investimentos. O fato é*
249 *que se não mudarmos a curva de investimentos em saneamento (hoje ainda baixa) a coisa só vai piorar e não atingiremos a*
250 *meta proposta para 2032. Indagada sobre a ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico enquanto agência*
251 *reguladora nacional do saneamento, respondeu que independentemente de estar vinculada ao MMA – Ministério do Meio*
252 *Ambiente e Mudança do Clima ou MIDR - Ministério da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional o importante é que*
253 *onde estiver a ANA seja uma agência reguladora do saneamento, não subordinada à política, como por exemplo a ANEEL. E*
254 *lembrou que temos cerca de 90 agências intranacionais, e que a edição de normas por uma agência nacional independente*
255 *é interessante para que tenhamos uma diretriz nacional com indicadores definidos, o que é muito bom para todos que irão*
256 *acompanhar. Finalizando reiterou que o ITB continua à disposição de todos, inclusive aberto a propostas de novos estudos e*
257 *indicadores, e desejou que daqui a dez anos possamos novamente estar aqui reunidos e destacar o quanto avançamos. O*
258 *tema desenvolvimento prosseguiu na Roda de Diálogo “O CBH-São Francisco Promovendo o Desenvolvimento e*
259 *Fortalecimento da Gestão da Água” tendo como moderador José Maciel Nunes de Oliveira – Presidente do CBH-São Francisco*
260 *e como palestrantes representantes de cinco comitês afluentes do São Francisco.*
261 *Nesta roda de diálogo conduzida pelo moderador José Maciel os palestrantes um a um foram demonstrando a importância*
262 *da cooperação entre os diversos comitês afluentes que recebem recursos do CBH-São Francisco para a realização de ações*
263 *na bacia do São Francisco. Maciel de Oliveira enfatizou que sem os recursos financeiros do CBH-SF, não haveria*
264 *desenvolvimento de atividades nos comitês da Bahia que ainda não têm a cobrança pelo uso da água implementada.*
265 *Seguem-se as apresentações. Anselmo Barbosa Caires, Presidente do CBHPASO (BA) destacou que os principais*
266 *investimentos foram para projetos de requalificação ambiental, implementação de instrumentos de gestão, projetos de*
267 *sustentabilidade hídrica no semiárido, saneamento urbano e rural e planos de saneamento ambiental (investimento de 8*
268 *milhões). E arrematou: “o sol nasce para todos, mas a sombra só para quem planta árvores”. Poliana Valgas, Presidente do*
269 *CBH-Velhas (MG) falou por seu estado Minas Gerais onde se localizam as nascentes do São Francisco e cerca de trinta por*
270 *cento da bacia, onde há 10 comitês afluentes e com pressões diferentes e, que até 2025, concluirão o enquadramento de*
271 *seus corpos d’água, enfatizando que não há que pensar em gestão das águas sem pensar em seus territórios. Em seguida*
272 *destacou diversos investimentos como o sistema de captação de Pirapora financiado pelo CBH-SF. Elias da Silva Membro*
273 *integrante do CBH-Pajeú (PE) ressaltou que é preciso se ter o sentimento de pertencimento, de se entender como comitê*
274 *integrante da bacia do SF, mesmo não estando na calha principal, que se fortalece pelas CCRs – Câmaras Consultivas*
275 *Regionais. E destacou obras e projetos financiados pelo CBH-SF tais como 12 planos de saneamento (3,5 milhões reais),*
276 *outras obras concluídas (7,8 milhões) e capacitações/ estudos e cadastro (2 milhões). No mais elencou como desafios o fato*
277 *que o Rio São Francisco não aguenta mais barragens, e luta contra a construção da usina nuclear em Itacuruba. E*
278 *poeticamente arrematou com os seguintes versos: “O Rio Pajeú transborda em poesia! Mostrando ao Pernambuco a força*
279 *desta bacia. Viva o São Francisco, o rio da integração! Rosa Cecília Lima Santos, membro integrante do CBH-Piauí (SE),*
280 *representando o Baixo São Francisco, apresentou projetos exitosos - que se encontram no sítio do CBH-SF – e que são*



281 acompanhados. Já Livia Maria Alves Lino Acioly de Carvalho, Presidente do CBH da Região Hidrográfica do Rio Piauí (AL)
282 apresentou ações do comitê dentre elas a recomposição da mata ciliar e recuperação da Lagoa do Pé Leve onde foram
283 plantadas mais de 300 mudas entre 2016 e 2022, e evitado o lançamento de esgoto; a identificação de lançamento de pontos
284 de esgoto no Baixo São Francisco / Bacia do Piauí, narrando um pouco do que foi esta expedição científica, além de recursos
285 para sete projetos de saneamento básico. De sua vez o Deputado Federal Pedro Campos (PE) vice coordenador da Frente
286 Parlamentar em Defesa do Rio São Francisco, que será lançada dia 13 de setembro, destacou que foram definidos eixos
287 estratégicos para serem desenvolvidos e monitorados pela Frente, tais como o eixo “povo, democracia e cultura” onde se
288 inclui o fortalecimento do comitês, a recriação do Conselho Gestor do Rio São Francisco (Conselho da Transposição), e a
289 utilização adequada dos recursos para a revitalização do São Francisco; além do eixo que engloba meio ambiente e
290 saneamento. Em suma nota-se pelas apresentações desta roda de diálogo que o CBH-São Francisco vem contribuindo com
291 apoio técnico e recursos financeiros para o desenvolvimento da bacia.” Fim da transcrição dos informes.

292 **Apresentação, discussão e votação das deliberações apresentadas nesta 85ª reunião à apreciação do Órgão Plenário.**
293 Dando continuidade, a presidente seguiu com a pauta e colocou em apreciação do plenário a **DELIBERAÇÃO Ad referendum**
294 **CBH-MOGI Nº 245, 27 de junho de 2023** - Aprova diretrizes, critérios de análise, de pontuação e de hierarquização das
295 propostas de financiamento do FEHIDRO, e de distribuição dos recursos das fontes da Compensação Financeira pela
296 Utilização dos Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica - CFURH e da Cobrança pela Utilização dos Recursos
297 Hídricos de domínio do Estado de São Paulo – COB, no 2º pleito do exercício de 2023, no âmbito da UGRHI 09. Passando a
298 palavra, a secretária executiva expos que, conforme acordado na última reunião plenária, a deliberação de critérios poderia
299 ser ad referendum, dado o prazo curto para uma nova reunião de aprovação e a indicação das propostas para 2º pleito.
300 Voltou a palavra à presidente que colocou em discussão (...). após esclarecidas e sanadas todas as manifestações colocou
301 em votação (...) e declarou aprovada. Na sequência, passou à **Minuta Deliberação Cbh-Mogi Nº 246, 12 de Setembro de**
302 **2023 que Indica empreendimentos aprovados no âmbito do CBH-MOGI do 2º Pleito, como prioridades de investimentos**
303 **para distribuição dos recursos das fontes da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de**
304 **Geração de Energia Elétrica - CFURH e da Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo**
305 **– COB do exercício e orçamento de 2023, e dá outras providências.** Passou a palavra a Sra. Renata Furigo, coordenadora da
306 Câmara Técnica de Gestão e Planejamento que apresentou o processo de análise realizado pela câmara técnica.
307 Retomando a palavra a Sra. Presidente colocou em discussão (...). após esclarecidas e sanadas todas as manifestações
308 colocou em votação (...) e declarou aprovada. Seguindo, coloca a **Minuta Deliberação CBH-MOGI N.º 247, de 12 de**
309 **setembro de 2023 que Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2023, ano base 2022, da Bacia Hidrográfica**
310 **do Rio Mogi Guaçu - UGRHI 09.** A secretária executiva apresenta os principais pontos do Relatório de Situação 2023, ano
311 base 2022. Em seguida a Sra. Presidente retoma a palavra, colocou em discussão (...). após esclarecidas e sanadas todas as
312 manifestações colocou em votação (...) e declarou aprovada. Ato seguinte, convida a Sra. Camila Conti, representante da
313 sociedade civil pela entidade COPAÍBA para apresentação da **Minuta Deliberação CBH-MOGI N.º 248, de 12 de setembro**
314 **de 2023 que Aprova o Programa de Educação Ambiental da UGRHI 09.** Camila, apresentou os principais pontos do Programa
315 de Educação Ambiental elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído para tal finalidade. Retomando a palavra Sra.
316 Presidente colocou em discussão (...). após esclarecidas e sanadas todas as manifestações colocou em votação (...) e
317 declarou aprovada.

318 **Assuntos diversos e palavra aberta aos convidados.** Encerrada a pauta de Deliberações, a presidente em exercício abriu a
319 palavra a quem assim desejasse. A secretária executiva informou que diante da aprovação do Relatório de Situação que
320 atualiza o Plano de Ação e Programa de Investimento para o quadriênio 2024-2027, as câmaras técnicas podem trabalhar
321 a deliberação de critérios e procedimentos ao FEHIDRO do orçamento de 2024 para novembro, onde poderá se dar a
322 abertura do processo. Houve manifestação do órgão plenário para que as reuniões plenárias do Colegiado voltassem a
323 acontecer às sextas feiras e de forma alternada nos municípios. O Sr. Superintendente de Meio Ambiente do Município de
324 Mogi Guaçu colocou o município a disposição para realização da próxima reunião plenária.

325 **Encerramento.** Sem mais manifestações, a presidente iniciou o encerramento desta 85ª Reunião Plenária com os
326 agradecimentos pelos trabalhos dos membros da Secretaria Executiva, aos membros das Câmaras Técnicas bem como
327 o apoio dos técnicos do DAEE ao nosso Comitê e a todos que se disponibilizaram em estar presente nesse momento,
328 agradeceu a presença desejando um bom retorno de todos.

329 A ata (texto integral) e extrato da ata (resumo) desta 85ª Reunião Plenária Ordinária foram por mim, Irene Sabatino
330 Pereira, redigidas e digitadas. Apenas o Extrato (resumo) da Ata da 85ª Reunião Plenária Ordinária, uma vez aprovado
331 pelo Órgão Plenário, será publicado no Diário Oficial do Estado, validando o texto integral da ata completa, e demais
332 formalidades regimentais e estatutárias para todos os efeitos. O texto completo da ata da 85ª Reunião Plenária, bem
333 como seu extrato, ficará disponível para acesso e consulta no Portal do SIGRH, no sítio www.sigrh.sp.gov.br, na página
334 eletrônica do CBH-MOGI, na aba atas. Ribeirão Preto, sede do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, 16 de
335 outubro de 2023.